

## Coretos são tradição em praças e parques de Minas Gerais

\_\_\_\_\_ Páginas 10 e 11



Divulgação Prefeitura de Poços de Caldas

Estruturas representativas da cultura mineira, em suas mais variadas formas, decoram espaços públicos desde o século XIX até os dias de hoje



PEQUENOS OLHARES  
SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



Arquivo Iepha/MS

\_\_\_\_\_ Confira na página 08

### Comidas e fé na Festa de N. Sra. do Rosário, em Chapada do Norte

\_\_\_\_\_ Páginas 04 e 05

### Marco Antônio Pepino fala sobre os avanços na proteção ao patrimônio

\_\_\_\_\_ Páginas 06 e 07

**Impresso  
Especial**

7397091256-DR/MG  
IEPHA/MG

...CORREIOS...



## Palavra do Presidente

fernando.cabral@iepha.mg.gov.br

Nos próximos meses, o Iepha passará por um grande processo de modernização na sua infraestrutura. O Ministério Público Estadual (MPE) repassou para o Instituto uma verba superior a R\$ 1 milhão, como parte de um acordo judicial entre o MPE e uma mineradora, acionada judicialmente por iniciar atividade de mineração sem autorização prévia de impacto ambiental e cultural.

A decisão do MPE de destinar parte do recurso ao Iepha vem do reconhecimento de que o Instituto desenvolve um trabalho de preservação do patrimônio natural constante na região afetada, e que – exatamente por falta de recursos – esta atuação vinha se tornando cada vez mais difícil.

Há algum tempo, o Iepha vem buscando apoio e parcerias para a aquisição de equipamentos necessários aos seus trabalhos, proporcionando melhor atendimento às demandas da população mineira no que tange à proteção do patrimônio cultural e paisagístico do Estado, em especial na Serra da Moeda.

Assim, a pedido do MPE, o Iepha realizou o levantamento de suas demandas principais e as encaminhou, com consecutiva aprovação e liberação da verba. Dentre os itens que serão adquiridos pelo convênio estão instrumentos para o trabalho do ateliê de restauração, computadores, *scanners*, servidores de armazenamento de dados e outros equipamentos e programas de informática; além de câmeras fotográficas, filmadoras e quatro veículos para trabalho de campo.

Vale salientar que a questão da infraestrutura afeta o desenvolvimento dos trabalhos, uma vez que nossos equipamentos estão muito defasados e comprometem a execução de atividades como o registro e processamento de dados, a execução de trabalho de campo necessário ao tombamento, à fiscalização e à educação patrimonial.

Como contrapartida, o Iepha se compromete a dar continuidade à condução dos processos de tombamento da Serra da Calçada (nos municípios de Nova Lima e Brumadinho) e dos Sítios Arqueológicos de Casas Velhas e Chacrinha dos Pretos (ambos em Belo Vale), todos esses bens localizados na Serra da Moeda.

Acreditamos que, com parceiros como o Ministério Público, o Iepha é capaz de desempenhar, cada vez com mais competência e presteza, sua missão de proteção ao nosso patrimônio cultural.

Fernando Viana Cabral  
Presidente

### Licenciamento de eventos em bens com proteção é regulamentado

Está em vigor, desde abril último, a Portaria nº 14/2012 do Iepha, que regulamenta o licenciamento de atividades e eventos realizados em bens tombados e inventariados pelo Instituto e em seu entorno. O objetivo é criar um procedimento para a entrada deste tipo de solicitação, com determinação de prazo para protocolo e documentação mínima exigida. A medida garantirá uma resposta mais eficiente e em tempo hábil por parte da Gerência de Ação Preventiva.

Entre os eventos que têm sua liberação analisada pelo Iepha estão shows, espetáculos teatrais e de dança, eventos esportivos e outras manifestações culturais que ocorrem nos bens tombados e em seu entorno e demandam cuidados específicos no que se refere ao patrimônio cultural. Atualmente, a maior parte dos licenciamentos se concentra em bens tombados no município de Belo Horizonte.

## Expediente

### GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Antônio Augusto Anastasia

Vice-governador: Alberto Pinto Coelho

### SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretária: Eliane Parreiras

Secretária adjunta: Maria Olívia de Castro e Oliveira

### INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Fernando Viana Cabral

Vice-presidente: Pedrovaldo Caram Santos

Chefe de Gabinete: Danielle Faria

Diretor de Conservação e Restauro: Renato César J. de Souza

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças: Dirceu Alves Jacome Júnior

Diretora de Proteção e Memória: Angela Maria Ferreira

Diretora de Promoção: Marília Palhares Machado

### BEM INFORMADO – INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Textos e edição: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)

Textos: Ludymila Toledo (MG 11656JP)

Diagramação: Pablo do Prado Soares

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m<sup>2</sup>

Tiragem: 2.600 exemplares – Periodicidade: mensal

Impressão e acabamento: Rona Editora



CULTURA

Praça da Liberdade, s/nº – 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte – MG

Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br

Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

## Termo de Compromisso garante preservação da Matriz de Jequitibá



No último dia 22/5, foi assinado um Termo de Compromisso entre o Iepha, o Ministério Público Estadual (MPE), a Paróquia e o município de Jequitibá, objetivando garantir a preservação e restauração da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento – templo do século XVIII e que possui tombamento estadual desde 1979.

Pelo termo, estabeleceu-se que, em 45 dias, serão executadas pelo município as medidas emergenciais de escoramento na igreja. O trabalho contará com acompanhamento do Iepha, que ficou responsável ainda pela elaboração de projeto arquitetônico de restauração, em 180 dias, e por adotar as medidas administrativas cabíveis para a sua execução no prazo de 270 dias.

Durante a reunião, o padre Evandro destacou o apoio dos membros da comunidade local, que entenderam a necessidade da interdição do templo e demonstraram verdadeiro sentimento de que a igreja pertence a todos eles. O pároco comentou que se sentiu surpreso com o carinho e com o zelo da comunidade em relação à Igreja.

**Projeto Igreja Segura** - No acordo assinado, além da restauração completa da igreja, foram estipuladas obrigações para a paróquia em que a comunidade é diretamente envolvida, como o controle de chaves (designar um responsável, preferencialmente o próprio pároco ou paroquiano por ele nomeado); vigilância (designar dois voluntários, os quais deverão, entre outras medidas, antes de fechar a Igreja, verificar se não há ninguém dentro, se o alarme foi acionado, se as portas e janelas estão bem trancadas); impedir fotografias e filmagens, salvo com autorização expressa do pároco; manter pessoal informado e treinado sobre o funcionamento do sistema de alarmes, efetuando testes de rotina e informando ao Iepha qualquer irregularidade.

Essa divisão de responsabilidades, incluindo principalmente a comunidade, e a adoção de medidas simples e efetivas são a base do Projeto Igreja Segura, lançado em 2009 a partir da experiência portuguesa desenvolvida pelo Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais de Portugal. O promotor público Marcos Paulo de Souza Miranda destacou o fato de o acordo de Jequitibá ser o primeiro documento formal a garantir a implementação, no bem, das medidas contempladas no 'Igreja Segura'. Na versão mineira, o projeto estruturou-se como força-tarefa, formada por vários órgãos responsáveis pela preservação da cultura mineira, como Iepha, Iphan, MPE, Crea, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e arquidioceses.

## Iepha participa de seminário na Escola de Belas Artes

As políticas públicas, o encaminhamento de projetos e a legislação patrimonial no âmbito estadual pontuaram o debate, em uma mesa temática composta pelos representantes do Iepha, Luis Gustavo Molinari e Cláudia Rocha. O encontro, que aconteceu no dia 31 de maio, fez parte do seminário *"A ação do Conservador-Restaurador: aspectos legais"*, promovido pela Escola de Belas Artes (EBA) da UFMG. Além da apresentação dos servidores sobre os aspectos legais na esfera estadual, o seminário contou ainda com outros dois espaços de debate. Uma equipe do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) tratou o tema sob o enfoque federal, enquanto uma outra mesa temática, sob o comando do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (Cecor), discutiu a legislação na ótica da iniciativa privada e de sua própria atuação.

O gerente de Patrimônio Imaterial do Iepha, Luis Gustavo Molinari, apresentou os principais mecanismos estaduais de fomento à cultura e seus impactos e desdobramentos no mercado cultural e na sociedade. Usou como exemplos a Lei Estadual de Incentivo à Cultura (LEIC), em que o apoio financeiro a projetos

culturais pode ser deduzido do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), e o Fundo Estadual de Cultura (FEC), que tem como grande diferencial destinar-se a projetos que, tradicionalmente, encontram maiores dificuldades de captação de recursos no mercado.

A importância de se ler cuidadosamente o edital e da elaboração de um bom projeto pautaram a apresentação da assessora de Articulações e Parcerias Institucionais do Iepha, Cláudia Rocha. Ela falou ainda sobre o Termo de Cooperação Técnico Científico, firmado recentemente entre o Iepha e a UFMG, e que foi ponto de partida para ações diversas (incluindo a realização deste mesmo seminário). Para Cláudia, em uma área tão carente de recursos como a da cultura – e, especialmente no caso de ações de restauração e conservação do patrimônio –, as parcerias são tão essenciais quanto a captação para projetos via mecanismos governamentais ou patrocínio direto. “Quería mostrar como é isso na prática, o dia a dia na estruturação dos projetos, desde a elaboração de um cronograma físico financeiro bem feito até o trabalho de captação”.

# Em Chapada do Norte, comidas se revestem de religiosidade

Os fiéis que organizam e celebram a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em Chapada do Norte, no Vale do Jequitinhonha, rogam que a santa os ajude na tarefa de organizar os festejos. Nossa Senhora do Rosário deve, inclusive, abençoar cozinheiros, utensílios e ingredientes, garantindo que todas as guloseimas que serão servidas durante os dias de festa saiam a contento.

Tudo começa quando o Rei e a Rainha da festa, com antecedência, buscam fornecedores dos produtos necessários para confecção das bebidas e comidas que serão consumidas ou leiloadas. A partir das doações, tem início a elaboração de licores, quitandas e outros quitutes mais.

Em setembro, mês anterior à festa, as cozinhas entram em pleno funcionamento, sob a coordenação das senhoras que guardam receitas tradicionais e, há anos, garantem a parte gastronômica do festejo. Antes, porém, os homens são chamados ao trabalho, assentando tijolos na criação de fornalhas.

As primeiras iguarias a serem preparadas são os licores, que precisam de algum tempo para concentração do sabor. Abacaxi, figo, jenipapo e cavacos de canela são os principais ingredientes para confecção, totalmente artesanal, da bebida. Muitos quilos de açúcar cristal e vários litros de água são misturados pacientemente em tachos de cobre, resultando em um “caldo” que, depois de coado em pano limpo, recebe quantidades generosas de cachaça fornecida por produtores artesanais do próprio município.

Licores prontos, é hora do preparo dos doces, que podem ser de leite, mamão, fava, batata doce, laranja da terra ou cidra. Cada fruta a ser usada passa por um processo específico: de algumas utiliza-se o interior; de outras, apenas as cascas. Açúcar cristal é ingrediente indispensável, assim como a paciência de mexer as misturas, por horas e horas, nos tachos.

O doce de leite é servido apenas durante as festividades de Nossa Senhora do Rosário ou outros momentos muito especiais, afinal, a região não é produtora de gado leiteiro, o que faz com que o custo do doce seja alto. Por isso, mesmo na festa, ele costuma ser exposto nos leilões para arrecadar fundos para cobrir as despesas dos festejos, mais do que distribuído aos participantes.

Uma curiosidade era a forma tradicionalmente usada para tirar o amargor das frutas, quando é o caso. As frutas eram colocadas em sacos de tecido e deixadas, por vários dias e noites, dentro do rio, para que a correnteza se incumbisse de lavá-las e tirar o sabor amargo.

## | Angu

Talvez o alimento mais característico da Festa de Nossa Senhora do Rosário, em Chapada do Norte, seja o angu, principal atração da Quinta do Angu, quando a iguaria é distribuída aos participantes da festa, junto a carnes de boi, porco e frango e molhos de abóbora, fava e quiabo.

Para confecção do angu, é usado o fubá de moinho d'água, misturado ao industrializado que é adquirido a partir das doações recebidas. É preciso muita força para mexer o fubá e a água, até o ponto certo, em enormes panelões.

Na cozinha, antes de ter início o preparo das carnes e aves, é feita uma oração a Nossa Senhora do Rosário, que vai garantir o sucesso da empreitada. Vão para a panela, depois de devidamente temperados, pedaços de carne de boi e frango, costelas de boi e porco, linguças (feitas pelos próprios moradores), miúdos de boi, como língua e coração, e carne moída. Para cada tipo, um tempero e um modo de preparo. E o resultado, sempre suculento e irresistível.

Tudo pronto, a comida vai, em enormes vasilhames, para o local onde será fartamente distribuída, junto a generosas doses de cachaça ou dos licores preparados anteriormente. Antes, porém, uma reza de agradecimento a Nossa Senhora do Rosário é feita – afinal, mais uma festa será celebrada com pompa e circunstância.



### | Mesas de café

As tradicionais quitandas que costumam estar nas mesas mineiras do café da tarde também não ficam de fora da festa. Normalmente, são feitas nas casas do Rei e da Rainha, a partir de antigas receitas, passada por gerações. Além de bolos e pães saborosos, são preparados biscoitos de fubá, de goma, brevidade, bruminha, traquiné etc – tudo usando os saborosos ovos caipira.

Os biscoitos de goma ou de polvilho têm processo semelhante: inicia-se com a mistura dos ingredientes secos, para depois serem escaldados com gordura fervente. Depois de tudo bem misturado, acrescidos de leite, sal, ovos e açúcar, podem ser fritos ou assados.

No preparo da brevidade, há uma crença local que exige da cozinheira muita atenção: reza a lenda que a quituteira não deve ser rodeada por outras pessoas, pois, se alguém próximo lançar um “olho gordo”, a guloseima desanda e a massa tem de ser descartada.



### | Coração de boi recheado

Limpa-se e lava-se com bastante limão o coração. Retira-se todo o seu interior, deixando uma parede bem fina. Com a parte retirada, faz-se uma tampa para fechar a cavidade feita para limpeza. Numa panela, refogam-se miúdos de galinha, com cheiro verde e um pouco de pimenta. Com essa mistura, recheia-se o coração, que é tampado e levado para cozinhar em água com sal. Quando chegar ao ponto ideal de cozimento, o coração é colocado em outra panela e dourado na manteiga.

### | Costelas de boi ou porco

As costelas são cortadas e temperadas, em seguida são levadas ao fogão de lenha em uma panela com gordura e temperos caseiros. Depois de fritas e apertadas na gordura para dourar, coloca-se água quente para deixar cozinhar bem.

## RECEITAS

### | Doce de mamão verde

Corta-se o mamão de comprido, em lascas finíssimas, que são colocadas em um pano de algodão, e lavadas diversas vezes. Depois as fatias são postas na água que já ferve com o açúcar cristal, numa espécie de xarope. Para temperar, coloca-se cravo ou canela.

### | Doce de fava

O fio das favas é retirado, assim como as extremidades. Cortadas em pequenos pedaços, são lavadas diversas vezes. Depois os pedaços são colocados numa calda grossa de água e açúcar, com cravo ou pau de canela. O doce estará pronto quando tiver uma consistência mais pastosa.



^ Fonte: Ailton Batista – analista de Gestão Proteção e Restauração da Gerência de Patrimônio Imaterial



# O patrimônio é parte de uma

**R**epresentante da sociedade civil no Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep), o economista Marco Antônio Pepino foi nomeado relator para o processo de revisão da deliberação normativa que rege os repasses estaduais aos municípios via ICMS Patrimônio Cultural. O novo texto, que deve ser apresentado e votado na próxima reunião dos conselheiros, conta com colaborações de cidadãos de todo o Estado, que participaram de uma consulta pública, no site do Iepha, com suas sugestões. Em entrevista ao Bem Informado, Marco Antônio Pepino fala sobre este trabalho de revisão da deliberação e dos avanços de Minas no fomento à cultura e à preservação do patrimônio.

**Faltam alguns dias para o senhor concluir o trabalho de análise e apresentar a proposta de texto final para a deliberação. É possível antecipar algumas das principais mudanças?**

Na realidade, o texto não terá grandes mudanças. A deliberação está apenas sendo atualizada, e, assim, sua essência deve permanecer basicamente a mesma. O que estamos criando são formas de normatização, que irão melhorar a apresentação documental tanto para o Iepha quanto para os municípios. Nada novo; apenas o aprimoramento, fruto da experiência do Iepha na análise de anos anteriores, somado às contribuições da consulta pública que fizemos pelo site do Instituto e pelas comissões temáticas que foram criadas no Conep para auxiliar neste processo de fortalecimento do ICMS Cultural como instrumento de política pública. O texto da deliberação tem que ser algo que a gente esteja revisando e aprimorando sempre.

**O senhor destacou um detalhe importante, que é este processo mais participativo e democrático. Como isso tem funcionado e quais os benefícios dessa integração?**

Na medida em que se cria interação entre o Iepha (como órgão que detém o saber), os municípios, os conselheiros (representando outros órgãos e associações) e a sociedade civil (seja por meio dos próprios conselheiros ou pelas consultas públicas), você começa a trabalhar a deliberação sempre em estágio de aprimoramento. E é isso que vai permitir que as políticas públicas de descentralização da cultura, de fomento e de estabelecimento do trato dos bens patrimoniais estejam sempre em processo evolutivo. É muito valioso esse *feedback*, porque ele cria um sistema de transformação, na medida que o Iepha cria, o município processa, a sociedade debate, o conselho repensa e rebate ao Iepha para continuar o ciclo evolutivo. O patrimônio é parte de uma sociedade em evolução e, por isso, é necessário ir sempre adequando as políticas públicas às variantes que esta sociedade começa a vivenciar. A preocupação da sociedade com o patrimônio hoje é algo muito próximo, o que pode ser comprovado, por exemplo, pela atuação dos agentes culturais e a realização de tantos seminários e ações educativas.

**Minas é pioneira nesta questão do ICMS Patrimônio Cultural. Como o senhor vê a iniciativa?**



Arquivo Iepha/MS

Em um encontro recente, o presidente do Iepha, Fernando Cabral, sugeriu pensarmos além do ICMS, quem sabe até em um IPI Cultural. Por si só, esta é uma mostra da importância da utilização de instrumentos de benefícios fiscais, até para que a sociedade possa dar sequência às políticas públicas. Este modelo bem sucedido está sendo copiado no plano estadual e pode vir a ser replicado também em plano federal, por sugestão do Iepha. O trabalho desenvolvido foi apresentado no encontro dos órgãos estaduais de preservação, em abril, e incluído no documento final, a "Carta do Recife", como proposta a ser adotada em todo o país. É muito importante essa ampliação dos elementos econômicos de suporte à cultura, ainda que seja sob a forma de renúncia fiscal do Estado, com objetivo de fomento e desenvolvimento cultural.

**O senhor está em seu segundo mandato no Conep, como suplente da representação da sociedade civil. O que o senhor destaca nesta sua experiência?**

Todo ano a discussão acerca da deliberação do ICMS e a avaliação de onde aprofundar, o que melhorar ou evoluir no texto, é sempre um ganho muito importante para o poder público e a sociedade civil. Os tombamentos, de forma geral, são também momentos muito valiosos, de resgate de uma memória tão rica para Minas e que nem sempre a população tem acesso. Por isso, acredito que os atos de responsabilidade dos órgãos como o Iepha deveriam ser amplamente divulgados junto à sociedade. O Conep também avançou neste

# a sociedade em evolução''

período, trazendo para contribuir com o debate outros elementos, como o Ministério Público Estadual, que tem sido fundamental nesse processo e com um profundo engajamento na causa.

## Que rumos o Conep deve trilhar nos próximos meses?

O Conep agora está bastante focado neste processo de revisão e normatização do ICMS Cultural, que é muito importante. Toda vez que se cria alguma alteração ou revisão, existe uma grande preocupação, tanto do lepha quanto do Conep, de que ela seja orientativa, educadora e que possa contribuir para o crescimento desta política pública. Assim avançamos na preservação e na promoção do patrimônio. Outro ponto é que o tombamento e os outros instrumentos de proteção começam a ser percebidos não mais como ônus, e sim como um bônus. Até por isso acredito ser tão importante a divulgação dos atos de tombamento, sempre associado ao efeito econômico que isso vai gerar pra sociedade. Um ponto que acho que precisa ser sempre melhorado é a divulgação. Mostrar à sociedade o que mudou numa determinada localidade com um tombamento, o que melhorou, o que trouxe de atenção, de valorização e mesmo de recursos, via incentivo fiscal ou via turismo. Precisamos fazer com que os meios de divulgação absorvam isso e mostrem a preservação e os reflexos desta na autoestima do cidadão. Em um momento em que normatização e legislação avançam, a divulgação precisa também ir além.

## O senhor é economista por formação e trabalhou por muitos anos no setor de siderurgia. Como surgiu esse caminho de atuação no campo da cultura?

Trabalhei por muitos anos na área de relações institucionais e com a comunidade da empresa Açominas, e, posteriormente, da Gerdau-Açominas, que sempre foi (e acredito que ainda seja) uma grande patrocinadora e parceira do Estado na proteção e divulgação da cultura material e imaterial de Minas. A prática diária em vários desses projetos me proporcionou um contato muito próximo com o setor cultural; sempre sob a ótica do patrocinador. Esta dinâmica me permitiu absorver um pouco de conhecimento e um aprofundamento constante nos problemas vividos não só pelo setor da cultura, como também pelo Estado, como responsável por esta política pública. Fora isto, existe uma questão pessoal de gostar muito da área e de me sentir tão bem por estar hoje desenvolvendo, voluntariamente, um trabalho junto ao Conselho.

## O senhor lembrou sua experiência com a cultura "sob a ótica do patrocinador". É sabido que esta é uma área com muitas dificuldades de recursos. Como economista, quais o senhor considera alternativas neste sentido?

Dentro desta realidade, o ICMS Cultural é um instrumento maravilhoso, assim como um IPI Cultural também seria. Não são iniciativas que se propõem a concorrer com a Lei Rouanet, mas são grandes elementos de incentivo para que os agentes se envolvam e contribuam, sem tirar o papel de fomento que é do Estado. A sustentabilidade cultural só se efetivará com o envolvimento e a participação dos agentes econômicos em parcerias com os agentes culturais e sempre orientados por políticas públicas bem definidas.

## A siderurgia, ao lado da mineração, é um dos pilares da economia mineira e, ao mesmo tempo, uma ameaça à preservação do patrimônio. Como conciliar isso?

Por sua natureza, essas ações geram, sim, impactos que não gostaríamos no meio ambiente e no patrimônio. Mas acredito que as empresas socialmente responsáveis estejam trabalhando constantemente com elementos de preservação ou mitigação. Grande parte delas têm se envolvido e demonstrado uma preocupação verdadeira em minimizar o impacto e em cuidar cada vez mais da preservação de seu entorno. Acho que o trabalho pode ser ampliado, e aquilo que hoje é considerado área de entorno pode sempre ser maior que a área geográfica onde estão inseridas. Acredito também que pequenas empresas podem dar sua contribuição, através da adoção de áreas ou de projetos, e pela parceria com órgãos estatais, como a Secretaria de Cultura, ou por meio de consórcios culturais, por exemplo. Investir neste tipo de ação, mesmo que ofereça pouca visibilidade comercial, traz sempre um retorno muito forte no plano institucional, com conseqüente reconhecimento pela sociedade.

## Com sua visão de economista, como o senhor pensa benefícios econômicos na preservação do patrimônio?

A economia da cultura e seus efeitos não estão ainda muito bem detalhados e absorvidos no Brasil, talvez até pelo nosso estágio comparado a outros países, pois ainda somos quase crianças neste segmento. Mas ela está ligada profundamente à economia do turismo, à questão da divulgação dos municípios, ao fluxo constante de visitantes e impulsão de diversas atividades locais (como as artesanais), e que têm, inclusive, baixo custo de implementação e risco. Se pegarmos como exemplo o eixo da Estrada Real, encontraremos cidades inteiras vivendo basicamente disso: turismo e economia artesanal. Para tanto, os municípios precisam começar a valorizar o tombamento, o patrimônio e o acervo cultural, trazendo instrumentos que o tornem objeto de visitação. E nós, brasileiros, precisamos aprender a pagar pela manutenção das atrações culturais, porque nada se mantém se não houver contribuição. A manutenção não deve ficar só como encargo do Estado, que já tem um papel muito complexo. É preciso dividir essa responsabilidade com a sociedade, que precisa se apropriar destes espaços e arcar também com o ônus, ainda que de forma quase que simbólica, pagando uma pequena taxa de visitação, por exemplo, que possibilite a alocação de recursos para sustentação do monumento, ou do espaço, ou mesmo do bem imaterial.

## Quais deveriam ser as principais metas de Minas para a área, a curto e a longo prazo?

Minas já possui alguns instrumentos muito importantes como o ICMS Cultural, o Fundo Estadual de Cultural e vários outros programas, além da implementação do ISS Cultural nos municípios e a bandeira de transformar isso em IPI Cultural. No curto prazo, a base deve ser a motivação dos municípios para desenvolverem ações orientadas visando o recebimento de recursos para manterem o trabalho de preservação. Para tanto, a identificação, a preservação do patrimônio e a revisão constante do incentivo são elementos fundamentais. O objetivo é que isso gere uma cadeia cada vez maior de retorno para o município, em recursos, em turismo e, principalmente, em mídia. Vivemos em um mundo em que, por exemplo, se houver uma ação de preservação em Tiradentes ou uma de degradação em Santa Bárbara hoje, serão fatos conhecidos no mundo inteiro amanhã. Essa divulgação pode permitir que o patrimônio assuma – principalmente nos estados que detenham um acervo grande ou muito significativo – um espaço de visibilidade muito forte. A médio prazo, é uma relação econômica que pode ter maior retorno do que a implantação de um polo industrial, ou mesmo do que a economia do turismo.



## PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

### Casa da Cultura – Oliveira

O edifício em estilo neoclássico foi construído bem no centro de Oliveira, em 1884, para servir de residência à família do Coronel Teodoro Ribeiro de Oliveira e Silva. Tinha ainda a destinação especial de hospedar Dom Pedro II, quando de sua passagem pela cidade; o que acabou não acontecendo. Adquirido pelo Estado em 1913, passou a abrigar o Fórum de Oliveira até 1977. No ano seguinte, frente à ameaça de demolição, o bem recebeu tombamento estadual pelo Iepha, com a recomendação de que tivesse destinação cultural.

Em 1983, foi instalada ali a Casa da Cultura Carlos Chagas, sede de um memorial em homenagem ao cientista; mais célebre cidadão oliveirense. Nele estão reunidos objetos de uso pessoal de Carlos Chagas, como a escrivaninha usada para o trabalho



Arquivo Iepha/IMS

diário, várias fotografias e documentos, além de peças como a roda d'água e o pilão da Fazenda Bom Retiro, onde nasceu. O espaço abriga ainda o Arquivo Público da cidade e é palco constante para realização de diversos eventos culturais, como exposições de arte, aulas de pintura e apresentações teatrais, dentre outros.



## BLOCO DE NOTAS



Arquivo Iepha/IMS

### | Mostra de estandartes na Rodoviária

Um dos lugares de maior circulação de pessoas em Belo Horizonte, a Rodoviária recebeu, entre os dias 19 e 31 de maio, a Exposição EstandARTE, promovida pelo Iepha, dentro das comemorações pelos seus 40 anos. A mostra reúne 22 estandartes religiosos selecionados do trabalho do restaurador Ailton Batista, servidor do Instituto, que se dedica há mais de oito anos à pesquisa e confecção das bandeiras religiosas.

### | Inventário do Vale do São Francisco

A equipe do Iepha responsável pela coordenação do Inventário para Fins de Salvaguarda e Proteção do Patrimônio Cultural do Vale do São Francisco realiza, desde o dia 15 de junho, uma série de fóruns de mobilização de agentes culturais em algumas das principais cidades envolvidas no projeto. Nos próximos dias 29 e 30/6, a equipe passará por São Francisco; nos dias 03 e 04/7, por Manga; e nos dias 04 e 05/7, por Januária.

### | Fórum Mestres e Conselheiros

A 4ª edição do Fórum Mestres e Conselheiros, que este ano será entre 18 e 20 de agosto, na Faculdade de Direito da UFMG, terá como temática principal a relação entre patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento local. O Fórum surgiu em 2008 e, desde então, reúne, anualmente, agentes que formulam as políticas em nível municipal, servidores do Iepha e Iphan e pesquisadores de diversos programas de pós-graduação do país, para uma avaliação do processo de municipalização no Brasil.

O encontro é promovido pelo Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável (IEDS), Mestrado Interdisciplinar em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais (MACPS-UFMG) e Ministério Público Estadual (MPE). O Iepha é um dos apoiadores, junto ao Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento de Minas Gerais (IAB-MG), Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais e Belotur.

Interessados podem fazer inscrição até o dia 30 de junho. Outras informações no site <http://www.forumpatrimoniomestres.com>.



## Casa de João Pinheiro – Caeté

Está programada para o fim deste mês de junho a conclusão de obras de restauração – com o acompanhamento do Iepha – no Museu Casa João Pinheiro e Israel Pinheiro, em Caeté. Dentre outras pequenas ações, como a revisão da cobertura, substituição de portas, janelas e forros e o tratamento paisagístico, o trabalho incluiu também a implantação de um novo projeto luminotécnico para o solar; um belo remanescente do século XVIII, com construção original anterior à elevação de Caeté à vila, em 1714.

A antiga Chácara do Tinoco teve este nome em função de João Tinoco da Silva, dono de datas minerais junto ao Córrego do Tinoco, pelos idos de 1750. Na edificação viveram três chefes de Governo de Minas Gerais. O primeiro deles foi o Coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (1792-1869), primeiro e único Barão de Cocais, e que foi presidente da província de Minas Gerais durante a Revolução Liberal de 1842. Em 1893, a casa foi comprada por João Pinheiro da Silva (1860-1908), que por lá fixou residência. Um dos grandes responsáveis pela consolidação da República em 1822, naquela altura, João Pinheiro já havia presidido interinamente Minas Gerais em 1890, tendo retornado ao comando do governo estadual posteriormente, entre 1906 e 1908.

Em 1896, nesta mesma casa, nasceu seu filho Israel Pinheiro (1896-1973), que viria a se tornar também governador do Estado, entre 1965 e 1970. Muito antes disso, porém, foi um dos pioneiros da siderurgia no Brasil, bem como um dos fundadores e primeiro presidente da Companhia Vale do Rio Doce. Iniciando sua carreira parlamentar na Constituinte de 1946, Israel renunciou ao mandato em 1956 para, a pedido de JK, assumir a direção da Novacap e a construção de Brasília. Assim, tornou-se o primeiro governador do novíssimo Distrito Federal, entre 1960 e 1961.

Não bastasse o contexto histórico, a casa onde viveram tantas personalidades de destaque para a política mineira constitui também monumento representativo da arquitetura própria de seu tempo e da região, além de estar situada em local de grande beleza paisagística. Conserva características arquitetônicas peculiares à época de sua construção. Tanto o interior quanto o exterior conservam todo o estilo colonial.

Parte da fachada principal possui dois pavimentos, além de uma varanda muito larga, de onde se avista ao longe, e bem de frente, a Serra da Piedade. Dessa



Acervo Iepha/MG

varanda, a família Pinheiro acompanhava os trabalhos na fábrica de cerâmica de sua propriedade, localizada exatamente em frente à casa.

O imóvel foi tombado pelo Iepha em maio de 1980 e, apesar de ter sofrido várias alterações ao longo do tempo, manteve inalteradas as linhas de sua fachada principal. Desde 1994, sob o comando da Fundação Israel Pinheiro, a edificação passou a abrigar o Museu Casa João Pinheiro e Israel Pinheiro, com vasto arquivo privado, móveis, objetos, obras de arte, fotografias e documentos. Grande destaque são os registros relativos à construção de Brasília, constantemente procurados por pesquisadores e estudantes.

Em 1998, a casa passou por uma completa restauração, realizada pela Fundação Israel Pinheiro com o apoio da antiga Companhia Vale do Rio Doce. Iepha e Prefeitura de Caeté assumiram o apoio de sua conservação e segurança, e a Faop se dedicou à restauração de grande parte do acervo, como móveis, telas, retratos e outros objetos. Uma curiosidade é que, atualmente, os jardins têm projeto paisagístico de Isabel Ferraz, neta de Israel Pinheiro.

# Coretos mineiros registram cotidiano na praça

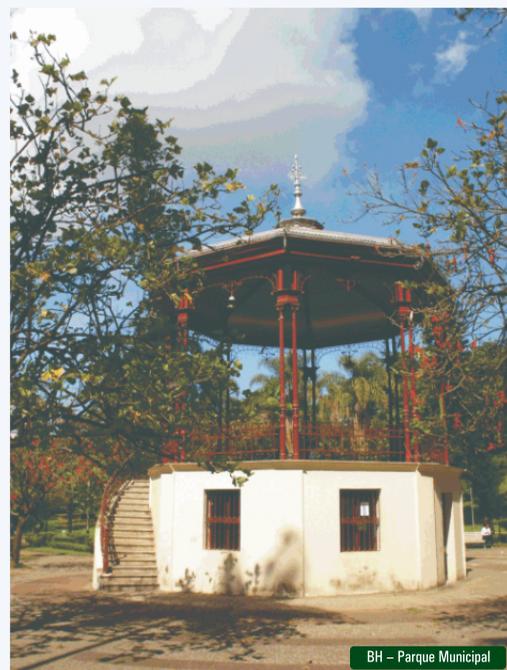
Ícones representativos da cultura mineira, símbolos do romantismo de uma época, os coretos são presença garantida em praças e jardins públicos em quase todas as cidades de nosso estado.

Elemento urbanístico típico dos séculos XIX e XX, este tipo de estrutura aberta, tradicionalmente, destinou-se ao entretenimento; em especial à apresentação de corais e bandas (daí o nome coreto, derivação de “pequeno coro”). Essa vocação musical também está impressa nos correspondentes *cupola della música* (italiano), *kiosque à musique* (no francês) e em tantas outras línguas e culturas ao redor do mundo.

Com o passar do tempo, o costume das fanfarras nas praças tornou-se menos frequente, além de que os coretos ficaram pequenos para as bandas atuais, que ganharam cada vez mais componentes e passaram a preferir a performance no mesmo nível do público que as prestigiam



BH – Praça da Liberdade



BH – Parque Municipal



Ouro Preto – Praça da Estação

Neno Vianna – Banco Press



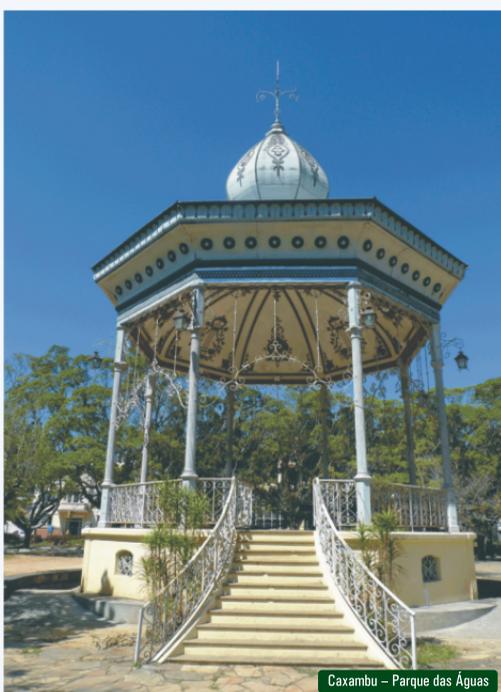
Poços de Caldas – Praça Pedro Sanches

Divulgação Prefeitura de Poços de Caldas



Piranga – Praça da Matriz

Gabriel Araújo – Prefeitura de Piranga



Caxambu – Parque das Águas

## Em Caxambu, estruturas adornam fontes

A urbanização do Brasil importou uma série de costumes da Europa. Adquiridas diretamente dos catálogos de fabricantes como a inglesa *Francis Morton & Co*, a francesa *Guillot Pelletier* e a irlandesa *Macfarlane's*, estruturas decorativas em ferro fundido – como postes, bebedouros, grades e bancos de praça – tiveram papel importantíssimo na construção do mobiliário urbano. Em Caxambu, estruturas de coretos pré-fabricados adquiridas destes catálogos foram utilizadas para cobrir fontes públicas de águas minerais, ao lado de um coreto propriamente dito, com excelentes resultados plásticos para o conjunto paisagístico do Parque das Águas, como destaca Geraldo Gomes da Silva, em *Arquitetura do ferro no Brasil*, de 1987.



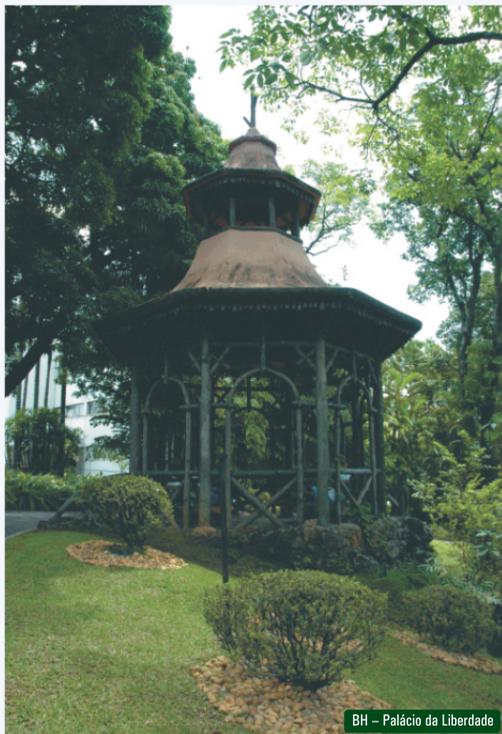
Caxambu – Parque das Águas



Caxambu – Parque das Águas

**Obras de Chico Cascateiro**

De frente para o Parque das Águas de Caxambu, na Praça XVI de Setembro, os olhares se voltam para um coreto bem diferente daqueles de finos traços europeus. A pequena cascata esculpida na parte frontal do coreto não deixa dúvidas: esta é uma das dezenas de obras assinadas pelo artesão português Francisco da Silva Reis, o Chico Cascateiro. Facilmente reconhecidas, suas obras, moldadas em argamassa, reproduzem com arte detalhes e texturas, imitando bambus, troncos e galhos de árvores, pedras, cascatas e outros elementos da natureza característica do Sul mineiro. Além de Caxambu, é possível encontrar seus trabalhos em São Lourenço, Passa Quatro, Carmo de Minas e também nos jardins do Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte.



BH – Palácio da Liberdade



Caxambu – Praça XVI de Setembro



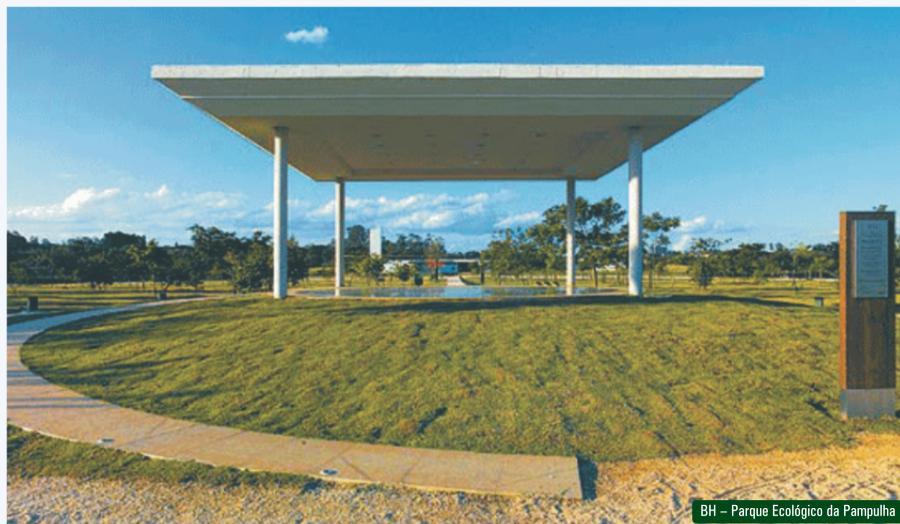
Passa Quatro – Praça Júlio Regnier

Acervo Iphan/MS

Sérgio Mourão

**Estruturas contemporâneas buscam maior funcionalidade**

Na Praça Cesário Alvim, em Caratinga, os traços marcantes de outro grande artista estão impressos em sua obra, atestando a autoria em um simples olhar. Projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, o coreto hexagonal, inaugurado em 1980, foi um pedido do cartunista Ziraldo, filho ilustre da cidade. Outros grandes arquitetos assinam coretos contemporâneos, que fogem ao padrão estético do romantismo passado, mas imprimem personalidade de mãos dadas à funcionalidade que os dias atuais demandam, eliminando as bases elevadas e os gradis de entorno. Exemplos na capital mineira são as estruturas projetas para o Parque Ecológico da Pampulha, por Gustavo Penna, e para a Praça Carlos Chagas (da Assembleia), por Álvaro Hardy (o Veveco).



BH – Parque Ecológico da Pampulha

Suziane Fonseca/PBH



Caratinga – Praça Cesário Alvim

Roberta Paiva/Revista de Caratinga



BH – Praça da Assembleia

# Resultado dos grupos de trabalho do Seminário Iepha-Iphan

**O** Bem Informado dá prosseguimento à publicação das conclusões dos grupos de trabalho que se reuniram durante o seminário conjunto entre as equipes técnicas do Iepha e do Iphan- Seção Minas Gerais, em julho de 2011. Nesta edição, apresentamos o documento final elaborado pelo grupo de trabalho sobre Rotinas de Fiscalização.

“Foi colocada a questão do quantitativo real a ser fiscalizado, ou seja, é fundamental saber com precisão o número de objetos (bens tombados, obras etc.) de modo a se dimensionar da melhor maneira o número de fiscais necessários para cada ação. Nem o Iphan e nem o Iepha têm hoje o número necessário de fiscais para as ações que empreendem, principalmente se considerarmos que a necessidade de aplicação de multas implica em uma fiscalização muito mais comprometida e um trabalho bastante especializado. Foi colocada também a questão do perfil do fiscal. Um técnico poderia ter um perfil para fiscalizar obras e não ter o perfil para o enfrentamento de uma fiscalização que aplica multas por danos e infrações, devido ao caráter mais agressivo desta missão. Perguntou-se também se a categoria de fiscal para aplicação de multas poderia ser desempenhada por cargo de nível técnico (de menor categoria salarial), não havendo a necessidade de um profissional de nível de analista (nível superior). Esta discussão não foi encerrada, ficando o tema em aberto.

No caso de aplicação de multas, como seria o relacionamento com o Ministério Público, que também aplica multas por desrespeito ao atendimento de termos de ajustamento de conduta em bens de interesse cultural? Seria possível a superposição de multas, mantendo-se as do MPE/MPF e as do Iepha ou do Iphan para um mesmo caso?

Foi constatado que tanto o Iepha quanto o Iphan buscaram, na área de meio ambiente, um modelo para a elaboração de sua legislação de multas: o Iepha junto à Semad e o Iphan junto ao Ibama. A justificativa para a busca destes modelos se prende ao fato de que a questão ambiental e a quantificação de danos ao ambiente é tema mais antigo e, portanto, com maior experiência na aplicação de sanções.

Outra questão discutida referente à aplicação de multas por danos ao patrimônio cultural disse respeito à definição da quantificação do valor do dano. Constatou-se que o tema é complexo e exigirá um aprofundamento da



Arquivo Iphan/MS

discussão. Como exemplo foi citada a questão referente a danos em objetos artísticos: como quantificar o valor do dano? Deve ser superposto ao valor seu valor intrínseco como objeto de arte?

Questão importante em relação à fiscalização e aplicação de multas, e também discutida, trata do relacionamento do Iphan/Iepha com órgãos públicos que são potenciais responsáveis por danos ao patrimônio cultural: Cemig, Copasa, Deop etc. Já que se tratam de órgãos com relativa independência, foram colocadas muitas dúvidas, até mesmo sobre quem seria o responsável pelo dano.

Para a emissão de multas é necessário o estabelecimento exato de diretrizes em relação a perímetros de tombamento e áreas de entorno de bens tombados, já que são elas que apontarão a irregularidade que possa ser objeto de multas. Decorre daí a necessidade de se manter atualizados os dossiês de tombamento, devendo ser periodicamente revistos com fins à sua atualização, complementação e suplementação no que for necessário.

Igualmente deve-se entender que a relação entre Planos Diretores e diretrizes de tombamento (caso, por exemplo, da Serra dos Cristais e do Plano Diretor de Diamantina), é necessária para que se evitem discrepâncias de avaliação quanto à aplicação de multas e avaliação de danos e infrações.

Finalmente, registrou-se de ambas as partes, Iphan e Iepha, que a necessidade de conhecer melhor as práticas de fiscalização, sua legislação e políticas de multas, exigiria uma troca de documentos entre as instituições, que foi prontamente acordada.